

NOTÍCIAS DO BRASIL



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXXVI - Nº 121 - Mai a Dez/2024

Diretores e funcionários da UNAMIBB desejam a todos Feliz Natal e um Ano Novo cheio das melhores esperanças. Boas Festas.

Além do artigo nesta primeira página, mostramos a importância de resistirmos às interferências do governo nos fundos de pensão. Veja na nossa coluna Focalizando na página 8

Também ressaltamos o quanto vale fortalecer sua representatividade sendo nosso associado. Para tanto, basta preencher a ficha de filiação, que consta na página 8. Você pode fotografá-la e enviar via email. Ainda é possível se tornar sócio através do nosso site e do nosso email. Contamos com seu apoio.

A volta dos que nunca se foram

Denunciado em 2019 pelo Ministério Público Federal (MPF) por gestão temerária na Previ, no âmbito da Operação Greenfield, Francisco Ferreira Alexandre pode se tornar Diretor de Investimentos da Petros. Indicado por João Vaccari Neto, ex-tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff, o executivo sofre forte resistência por parte dos conselheiros e há quem fale em perplexidade nos bastidores. A própria Petros figura como assistente da acusação, cobrando ressarcimento pelos prejuízos provocados pelos escândalos nos fundos de pensão. A Petrobrás vem pressionando o Conselho Deliberativo para aceitá-lo.

A diretoria de Investimentos está vaga desde junho, quando o titular, Paulo Werneck, deixou o cargo alegando nos bastidores receio de interferências e aparelhamento político na Petros. Desde então, o cargo é ocupado por um interino.

Angu de carço

O escolhido pela Petrobras também não passou pelo processo de recrutamento conduzido por uma empresa que selecionou inicialmente 50 candidatos, dos quais restaram três.

Além do fato de Ferreira ser processado pelo próprio fundo cujos investimentos agora pretende gerir, outro elemento que tem provocado desconforto é o fato de ele integrar o Comitê de Pessoas e Governança da Invepar, administradora da concessão da Linha Amarela, via expressa do Rio. A concessionária tem dado seguidos prejuízos e hoje representa uma dor de cabeça para a Petros.

Operação Greenfield

Na época em que era diretor de investimentos da Previ, Francisco Ferreira chancelou uma aplicação no fundo Global Equity Properties que inves-

tia em empreendimentos imobiliários e causou perdas estimadas em quase meio bilhão de reais para a Petros, a Previ e a Funcef. O prejuízo foi calculado pelo MPF em razão de um esquema em que os gestores desses fundos superestimavam o valor dos ativos a serem adquiridos em troca de propina. Como diretor de Administração da Previ, Francisco chancelou um aporte de R\$ 50 milhões no fundo em 2009, o que o colocou na mira da Greenfield.

Memória recente

Tudo esse imbróglio nos lembra como os investimentos do Postalís (fundo de pensão dos Correios) foram parar em títulos da Venezuela e da Argentina ultrapassando o limite máximo para investimentos em títulos estrangeiros, que era de 20%.

Além disso, os diretores da época colocaram bilhões nas empresas de Eike Batista. Quando veio a derrocada do "mega-empresário" o fundo ficou no prejuízo.

Para arcar com o déficit, em março de 2015 o conselho deliberativo do Postalís determinou o desconto de até 25,98% nos contracheques dos funcionários para equacionar as perdas. O plano atingia os cerca de 100 mil funcionários por 15 anos como saída para equacionar o prejuízo.

Somente agora, quase 10 anos depois, em agosto, os Correios firmaram um acordo de confissão de dívida se comprometendo a transferir R\$ 7,6 bilhões para o Postalís, destinados a cobrir metade do rombo estimado em cerca de R\$ 15 bilhões. A outra metade continuará a ser paga pelos funcionários, aposentados e pensionistas do fundo. (Com informações dos jornais O Globo - Coluna Malu Gaspar - 01/11/2024, Lauro Jardim - 04/06/2024 e Gazeta do Povo - 23/09/2024)

Um Natal em família – É o que a UNAMIBB deseja a todos

O Natal em família é algo significativo para todos. É uma data que envolve a fé das pessoas e ao mesmo tempo o comércio. Mas o espírito natalino não pode ser deixado de lado principalmente quando falamos de pessoas que representam muito para você.

A data está relacionada com a fé das pessoas e ao mesmo tempo com o amor ao próximo – independente de religião. O Natal é o momento do perdão, de avaliar o modo de vida e de agradecer um ente querido.

Por fim, vamos abordar o quanto a data, fixada em 25 de dezembro pelo imperador Constantino, porque nesse dia era celebrada a grande festa solar em Roma, virou símbolo global de fé, consumo e amor entre as pessoas.

O simbolismo do Natal nas religiões

O Natal é uma data que simboliza a relação de pessoas com a fé e ao mesmo tempo com o fato de o consumo ser uma pauta em que todas as pessoas são impactadas diretamente ou indiretamente todos os anos.

Não existe nenhuma informação sobre a data de nascimento de Jesus – Messias do cristianismo. A imensa maioria dos especialistas afirma que ele foi uma figura histórica, mas, assim como existem dados sobre sua morte – foi crucificado por Roma em Jerusalém

durante a Páscoa judaica –, seu nascimento é um profundo mistério.

Mesmo quando trazemos o Natal para o lado humano, saindo um pouco da ciência, é importante vermos que essa simbologia agrega aos corações daqueles que creem. Isso torna cada vez mais a data uma forma de amor entre famílias, amigos, vizinhos e até mesmo entre estranhos.

A tradição do Natal em família no Brasil

O Brasil é um país bastante diverso no que diz respeito à sua própria cultura. As realidades sejam elas gastronômicas, financeiras, culturais são antagônicas de norte a sul. Mas, quando falamos do Natal é algo bastante similar para todas as famílias. O ato de encontrar é bastante comum.

Confraternizar com a família no Natal em nosso país é estar num ambiente com algum prato – geralmente um tipo de carne com preparo mais “rebuscado”, depende do lugar, mas cada casa conhece a sua realidade e com isso produz um Natal repleto de alegria com comidas variadas e família reunida.

Por que passar o Natal em família é importante?

Estar em família é poder confraternizar, demonstrar amor. É fazer as pazes com aquele familiar distante e é uma forma de encontrar com pessoas que estavam longe durante o ano pelos mais diversos motivos.



Reforçar os laços

O Natal é a forma de reforçar os laços de amor e amizade entre as famílias, amigos e vizinhos. É comum um vizinho trazer um agrado nesta época do ano e para os cristãos o ato de “repartir o pão” é também levado a sério dentro e fora das suas casas, principalmente com aquelas pessoas que foram deixadas de lado, seja por um parente próximo ou pelo poder público. É a data que podemos trazer o amor.

Tempo de qualidade

É o tempo que podemos tirar reflexões que vieram durante o ano. Há um velho ditado que diz: “A semeadura é livre, mas a colheita é obrigatória”. Em outras palavras, a vida que temos hoje é exatamente a resposta do que fizemos no passado. Então tirar o Natal para refletir é qualidade de vida e uma forma de nos prepararmos para o ano que vem.

NOTÍCIAS DO BBRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 Savassi - Belo Horizonte - MG
CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194 5900
Fax: (31) 3194 5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

Diretoria

Presidente

Isa Musa de Noronha

Diretor Secretário

Diretor Financeiro

José Sana

Diretor Administrativo

Antonio Carlos Dias

Jornal Notícias do BBrasil

Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

Edição, Editoração e Projeto Gráfico:

Luzia Lobato

Impressão:

Star 7

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

PREVI

Entenda o impacto da Reforma Tributária nos fundos de pensão

A regulamentação da Reforma Tributária, que cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), é objeto de dois Projetos de Lei Complementar (PLPs). O PLP 68 trata da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de caráter federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para estados e municípios. Já o PLP 108, que cria o comitê gestor desses impostos e regulamenta o Imposto de Transmissão por Causa Morte e Doação.

Na votação do PLP 68, realizada na Câmara dos Deputados em julho, as associações de aposentados, as centrais sindicais, a ANABB, a ASSOCIAÇÃO VIRTUAL DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS DA PREVI E CASSI – APAPREVI, criada pelo colega Edvaldo Souza, obtiveram uma vitória, pois mantém direito de fundos. Em uma conquista importante, a isenção dos tributos IBS e CBS para os fundos de pensão foi garantida na regulamentação da Reforma Tributária.

O relatório final, aprovado pela Câmara dos Deputados, atendeu às reivindicações do sistema. Caso a incidência dos novos impostos IBS e CBS sobre as entidades fechadas fosse mantida, poderia haver desequilíbrios significativos na gestão dos planos e nos benefícios pagos aos participantes que poderiam ter uma redução em suas aposentadorias e pensões entre 4

e 12%, segundo estimativas da Abrapp. A luta, no entanto, não terminou.

O projeto ainda será discutido e votado também no Senado Federal, e todas as entidades seguem determinadas a garantir que as emendas sejam



mantidas, para proteger efetivamente os recursos dos associados, que visam a formação de poupança para uma aposentadoria digna.

PLP 108: não incidência de imposto de transmissão na poupança previdenciária

Já na votação da PLP 108, que regulamenta o Imposto de Transmissão por Causa Morte e Doação (ITCMD), o texto que passou pela Câmara dos Deputados dá à pensão por morte paga por uma EFPC o mesmo tratamento de uma herança em dinheiro. Isto é, o PLP 108 determina que herdeiros de associados de EFPCs deverão pagar o ITCMD no recebimento da pensão.

Hoje, esse imposto não existe. A depender do valor, hoje só é cobrado de um pensionista o Imposto de Renda. A incidência de um novo imposto sobre as pensões traz prejuízos para os familiares dos trabalhadores associados das EFPCs.

Mas a situação ainda pode ser revertida na própria Câmara dos Deputados, que ainda vai apreciar as emendas ao PLP 108/24, ou na próxima instância, quando o PLP será votado no Senado. O trabalho que vem sendo realizado pelas associações, junto com outras entidades do setor de previdência fechada, é para que familiares de trabalhadores que contribuem com os fundos de pensão não sejam prejudicados.

O objetivo foi mostrar como a taxação é equivocada, e sensibilizar deputados e senadores para que revejam o texto do PLP 108, garantindo direitos e evitando prejuízos para os associados de fundos de pensão.

Resultados do Banco do Brasil no 3º trimestre

O lucro do BB ficou pouco acima das projeções. O resultado de R\$ 9,5 bilhões no terceiro trimestre deste ano foi 8,3% maior em comparação ao mesmo período do ano anterior. Mesmo sendo superior ao esperado, o resultado não animou o mercado e as ações seguem em queda.

A maior desconfiância se deu na Previsão para Liquidação de Créditos Duvidosos (PLCD) que no trimestre anterior era no intervalo entre R\$ 31 bi a R\$ 34 bi e agora é de R\$ 34 bi a R\$ 37 bi.

Já para despesas administrativas, o banco estatal projeta crescimento entre 5% e 7%, abaixo da estimativa anterior, que ficava entre 6% e 10%. Alguns analistas pontuaram problemas que diminuem as expectativas

para a rentabilidade das ações:

- Enquanto as receitas praticamente corresponderam às estimativas, aumentando 2% no trimestre, as despesas com provisões aumentaram 20% principalmente em Agro, levando a uma perda de 16% no lucro antes dos impostos, comenta o Itaú BBA;

- O Bradesco BBI acredita que o BB apresentou tendências desafiadoras e de números de pior qualidade, apesar de um lucro líquido amplamente em linha, onde também destaca uma deterioração significativa na qualidade dos ativos do agronegócio.

Mesmo com o mau humor do mercado o BB pagará R\$ 2,758 bilhões em juros sobre capital próprio (JCP) referentes aos resultados do terceiro trimestre de 2024.

Em várias páginas deste informativo mostramos a importância do Banco do Brasil, das suas instituições e, principalmente, de seus funcionários. Também ressaltamos a relevância das associações que os defendem.

Assim apelamos para o bom senso de TODOS (funcionários da ativa e aposentados) que nos fortaleçam se associando à UNAMIBB. Você pode se tornar sócio através do nosso site www.unamibb.com.br ou do nosso email: unamibb@unamibb.com.br

Se você já é sócio convide um colega/ amigo para se juntar a nós.

Custa menos do que duas cervejas!

A armadilha do baixo crescimento e a fragmentação política no Brasil

Wagner Gomes

O Brasil enfrenta um impasse econômico e social persistente: embora o desemprego tenha recuado substancialmente, a desigualdade segue em níveis alarmantes. Os ricos acumulam mais riqueza enquanto os pobres permanecem em dificuldades. A violência toma conta dos centros urbanos, expondo a fragilidade de políticas sociais que, com o passar do tempo, se mostram insuficientes para promover transformações reais. Programas como o Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida se mantêm, mas já não atendem às necessidades da população, cada vez mais descrente de avanços. No campo político, o Executivo paga um preço alto para aprovar projetos e enfrenta limitações tanto na reforma tributária quanto na administrativa. O governo gasta, mas as mudanças são escassas. As decisões são lentas e o gerenciamento ineficaz, tornando o processo legislativo uma prova constante de contorcionismo fis-



cal e clientelismo para conseguir apoio na fragmentada estrutura partidária do país.

A situação é agravada pela "armadilha do baixo crescimento", que coloca em dúvida nossa capacidade de crescimento econômico real e de redução das desigualdades. Estima-se que, mesmo com um crescimento anual de 3% no PIB, seriam necessários vários anos para dobrar a renda per capita e muito mais para alcançar índices de justiça social aceitáveis. A reforma política é vista como uma necessidade, mas sua viabilidade é baixa. A desproporcionalidade de representantes em nosso parlamento é um disparate gritante: regiões com menor número de eleitores, em relação à população total, acabam conquistando uma representatividade proporcionalmente maior do que áreas com densidade eleitoral elevada. Esse desequilíbrio distorce a democracia, permitindo que regiões menos populosas tenham mais influência legislativa do que deveriam, enquanto as áreas mais populosas, que abrigam a maioria dos cidadãos, ficam sub-representadas e têm seu poder de decisão diminuído. Nossa remen-

dada Constituição de 1988 tornou esse processo complexo e, possivelmente, inviável sem uma nova Assembleia Constituinte.

Historicamente, o Brasil carece de partidos sólidos e consistentes. Desde o período monárquico até a ditadura militar e a Nova República, os partidos foram dissolvidos ou reformados de maneira compulsória, resultando em uma proliferação de siglas sem bases ideológicas sólidas. Esse cenário leva a uma Câmara fragmentada, onde liberdade de expressão e abuso de poder se mesclam e onde os partidos pouco representam as preferências populares. O sistema eleitoral brasileiro, ao combinar a desproporcionalidade com o voto em candidatos individuais, contraria o princípio de formação de partidos com bases doutrinárias. Isso culmina numa estrutura disfuncional, incapaz de gerir bem as contas públicas ou de ser a voz das aspirações dos cidadãos. Assim, o país oscila entre propostas de reformas superficiais, sem enfrentar a essência de um problema estrutural que, sem solução, mantém o Brasil em um ciclo de crescimento lento e desigual.

O futebol e a manipulação de resultados

"O futebol é a coisa mais importante dentre as coisas menos importantes", ensinou há tempos o italiano Arrigo Sacchi, em uma das mais felizes frases da história.

Verdade verdadeira. Por isso as manipulações de jogos nas chamadas casas de apostas estão maculando o futebol como um todo. Quando vemos nomes de jogadores famosos envolvidos em denúncias, sentimos imenso descrédito do nosso esporte favorito. Como ir a uma partida de nosso time depois de ver que um de nossos jogadores cava a expulsão com segundos de jogo? Ou ver um selecionável arrumar inúmeros cartões amarelos beneficiando familiares apostadores? Gênio da

bola em um dos maiores clubes do Brasil, de torcida imensa, ter seu nome vinculado a essa fraude?

Como acreditar que na falta que resultou na marcação de uma penalidade máxima não foi coisa contratada? E meu time prejudicado fica por isso mesmo? Quem acompanha futebol e outras modalidades tem visto como as empresas de apostas estão cada vez mais presentes no esporte brasileiro nos últimos anos, seja com propagandas, seja com patrocínios a clubes e outras instituições do meio. E elas, claro, são parte importantíssima e interessada no escândalo que tomou conta do futebol nacional e virou caso de polícia.

Inacreditavelmente, a investigação começou depois de um jogo em que um clube venceu por 3 x 1 no primeiro tempo, mas levou uma virada e perdeu por 5 x 3, beneficiando volume significativo de apostas esportivas feitas em uma empresa na Ásia... É possível uma virada dessa? Sim, no futebol isso ocorre. O que deu para desconfiar é que na Ásia, apostaram nisso exatamente naquele jogo.



Fundo de Investimento Internacional para a Bioeconomia

Alexandre Grimmer()*

Segundo informações veiculadas na reportagem "Brasil atrai R\$ 167 bilhões em propostas para combustíveis renováveis de aviação e navegação", publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 08/11/2024, a demanda por recursos do BNDES por parte de empresas que desejam produzir, no Brasil, Bioquerosene de aviação (SAF), manufaturado a partir do etanol da cana de açúcar ou do milho ou biodiesel verde (HVO) para navios, manufaturado a partir da soja ou do sebo de animais (bois, porcos, frangos etc.), chegou a estratosféricos R\$ 167 bilhões.

Com esses investimentos, o Brasil poderia tornar-se líder na produção daqueles biocombustíveis.

Com a possibilidade de exportar combustíveis renováveis, o Brasil pode se consolidar como um dos principais produtores de SAF (Sustainable Aviation Fuel, ou Combustível Sustentável de Aviação) e biocombustíveis marítimos, contribuindo diretamente para as metas globais de descarbonização e aumentando sua competitividade no setor energético.

"A qualidade das propostas recebidas demonstram que o Brasil tem, de fato, todas as condições para se tornar líder global na produção de combustíveis sustentáveis para aviação e para a navegação", disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Segundo ele, biocombustíveis podem reduzir em até 94% as emissões de CO₂, já que a aviação e a navegação respondem por 5% das emissões globais. (Jornal Folha de São Paulo - "Brasil atrai R\$ 167 bilhões em propostas para combustíveis renováveis de aviação e navegação" - 08/11/2024).

Contudo a capacidade de financiamento do BNDES e da FINEP para o setor é muito menor.

O BNDES e a Finep disponibilizaram R\$ 6 bilhões para apoiar os projetos aprovados, com recur-

sos divididos igualmente entre as duas instituições. As propostas estão em avaliação para definir quais receberão apoio financeiro.

O mercado brasileiro para o SAF e o HVO é crescente, mas a demanda internacional por esses biocombustíveis é colossal.

A partir do próximo ano, a União Europeia exigirá o uso de 2% de SAF em voos partindo do bloco. A meta será de 5% em 2030 e 63% até 2050.

No setor marítimo, a Organização Marítima Internacional estabeleceu a meta de reduzir em pelo menos 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2050, com base nos níveis de 2008. Para alcançar esse objetivo, o setor aposta no uso de biodiesel, diesel verde (HVO, ou Óleo Vegetal Hidrogenado), etanol e biometano.

Então temos um novo negócio, com crescimento exponencial da demanda internacional, onde o Brasil poderá se posicionar como país líder na exportação, desde que a necessidade de investimento das empresas que desejam produzir, no Brasil, seja atendida.

E para isso dar certo, há necessidade de se cobrir o gap entre a demanda das empresas por recursos (R\$ 167 bilhões) e a capacidade de financiamento do BNDES e da FINEP (R\$ 6 bilhões).

Onde estaria a solução?

O Banco do Brasil, através da BB Asset (ex-BBDTVM), poderia lançar um Fundo de Investimento Offshore, em parceria com a BB Securities London, BB Securities New York e BB Securities Singapura (de onde pode operar nos mercados de capitais de Hong Kong, Shanghai e Tóquio), com o objetivo de investir em Bioeconomia e, principalmente, na produção de SAF e HVO no Brasil.

Tal Fundo de Investimento poderia ser oferecido às empresas interessadas em acelerar a produção de

SAF e HVO, tais como Empresas de Aviação (como por exemplo a Air France-KLM ou a Lufthansa), Indústria Aeronáutica (como por exemplo a Airbus, Lockheed Martin, Northrop Grumman, Boeing, Raytheon e General Dynamics), fábricas de motores de avião (como por exemplo Rolls-Royce, General Electric Company, Safran SA, Honeywell International Inc., Pratt & Whitney (RTX Corporation), Fábricas de motores de navios (como por exemplo MAN, Hyundai), Fábricas de trens (como por exemplo Siemens, Alstom, Mitsubishi), Bancos (como por exemplo o BNP Paribas, Deutsche Bank, UBS, Credit Agricole, Bank of America), Empresas de máquinas agrícolas (como por exemplo John Deere, AGCO, Fendt, Claas), Empresas de máquinas de mineração (como por exemplo Caterpillar, Liebherr) e outros investidores interessados em acelerar a transição da matriz energética como o Programa Europeu "Global Gateway" (investimentos de 300 bilhões de euros ou R\$ 1,8 trilhão em cinco anos), a "Corporação Americana Internacional para o Financiamento de Desenvolvimento" (DFC, na sigla em inglês), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), o Banco Mundial (BIRD), o Banco de Desenvolvimento Europeu, o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Banco para a Cooperação Internacional do Japão (JBIC), o Programa Chinês da "Nova Rota da Seda" etc.

A produção de bioquerosene de aviação (SAF) a partir do etanol do milho e da cana de açúcar e de biodiesel verde (HVO) a partir da soja, criaria um mercado para aquelas commodities agrícolas, que vem sofrendo depreciação em seus preços internacionais, devido a desaceleração econômica da China, nosso principal mercado exportador.

(*) José Alexandre Grimmer Davis é aposentado do BB e associado UNAMIBB)

CASSI – GEAP PARCERIA - RECIPROCIDADE

As operadoras GEAP Saúde e CASSI assinaram em novembro uma parceria inovadora, que permitirá o compartilhamento de suas redes de prestadores, incluindo clínicas e hospitais, com o objetivo de melhorar a assistência à saúde para beneficiários em todo o Brasil. A assinatura do acordo ocorreu na sede da GEAP, em Brasília.

A partir do dia 1 de dezembro os beneficiários da GEAP já podem utilizar a rede credenciada da CASSI em todos os estados do Brasil e vice-versa, sendo que para os funcionários do Banco do Brasil o benefício passa a valer em fevereiro de 2025. Juntas, as redes assistenciais somam agora os 17 mil prestadores GEAP com os

significa a materialização de uma parceria que já existe. Trabalhamos para cuidar das pessoas, temos o mesmo propósito, e o que estamos fazendo é enlaçar as mãos”, disse ainda: “Convênios de Reciprocidade não podem ser firmados unilateralmente. Caso contrário, não haveria Reciprocidade. Na prática, só usa quem precisa. A CASSI não precisa, senão em algumas regiões interioranas”

O Diretor de Saúde e Rede de Atendimento da CASSI, Fernando Amaral, declarou que a assinatura desse termo é uma concretização de um objetivo. “Toda operadora precisa de sustentabilidade, e mais ainda uma autogestão. Por isso, precisamos cuidar mais da prevenção, enxergar



28 mil da CASSI.

Os Diretores-presidentes Douglas Figueredo, da GEAP, e Claudio Said, da CASSI, no ato de assinatura da parceria, reafirmaram a potência da união de forças entre as autogestões. “É um momento histórico para nós. Não tenho dúvidas de que gerará um impacto positivo muito importante, representa um avanço significativo para reduzir o custo assistencial e proporcionar um atendimento ainda mais completo, eficiente e de qualidade aos nossos beneficiários”, declarou Douglas Figueredo. “Vamos ocupar cada canto do país com um ponto de atendimento e ainda teremos um modelo de consumo com previsão de redução do custo”, acrescentou.

Claudio Said também expressou entusiasmo com a nova aliança e reforçou que ambas as operadoras são as únicas presentes em todo o Brasil. “Estamos juntos nessa empreitada, fechando esta parceria na GEAP, e nos sentimos em casa. O sentimento é de união. Nenhuma outra operadora está em todo o Brasil, então o acordo

o grau de entrega de resultados que nossos prestadores têm”, disse.

A Diretora Financeira da GEAP, Silvia Albernaz, declarou que é iniciativa importante para ambas. “Essa parceria trará uma redução das despesas, e a gente consegue reverter isso no preço dos produtos. Parabenizo os diretores”. A diretora assistencial Rosana Rocha pontou que o acordo é o início de uma caminhada, que trará desdobramentos de outras ações conjuntas no futuro.

Já o Diretor de Relacionamento José Pacheco ressaltou a importância histórica deste momento para a GEAP, na busca por tornar-se a melhor autogestão do país. “Sustentabilidade, melhor assistência, oferta ampla de atendimento, qualidade garantida para os beneficiários. Uma nova fase de crescimento em conjunto”, disse. O conselheiro Ronaldo Acioli, em sua fala, declarou que esta parceria é um momento ímpar, com ganhos imensuráveis para os beneficiários das duas operadoras de saúde.



Sobe e Desce



Iniciada no dia 05/10/2024 a festa do Círio de Nazaré contou com o apoio do Banco do Brasil.

No dia 12 do mesmo mês, foi montada uma estrutura em frete a sede do BB para uma missa campal. Já no dia 13, durante a procissão que encerra a festa, os fiéis foram recebidos com chuva de papel metalizado e bombas de serpentina. A homenagem causou grande comoção.



Comprometido com a diversidade, o Banco do Brasil apoiou o Festival AFROPUNK Salvador 2024. O evento

voz a tantos artistas negros e que valoriza a cultura e história negra no mundo. Como parceiro, o BB contou com um espaço autêntico no AFROPUNK que se conectou com o evento e instalou um ponto de ativação de 150m2, composto pela BB Box.



Em seu editorial, publicado em 25/08/2024, a Folha de São Paulo defende abertamente a privatização

do Banco do Brasil, Petrobrás e Caixa Econômica Federal. Como justificativa o jornal afirma que o aparato dessas instituições se mantém custosamente sob o comando do Estado e sobretudo por interesses políticos e sindicais. A publicação aponta como solução uma privatização criteriosa com um tipo de regulação que venha defender os interesses dos consumidores.



Depois de ser questionado pela Justiça em 2024 sobre o quão qualificado era para ocupar o cargo de presidente da Previ, João Fukunaga ganhou um assento no conselho de administração do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Programa Acredita

Banco do Brasil amplia apoio aos pequenos negócios

A existência do BB como banco público só se justifica enquanto for útil à sociedade (Isa Musa)

Desde o lançamento em abril, o Programa Acredita já apoiou mais de 92 mil micros e pequenas empresas (MPEs) e microempreendedores individuais (MEIs), fortalecendo o empreendedorismo e impulsionando a economia nacional. O Banco do Brasil (BB) tem sido um dos principais parceiros do Programa, oferecendo soluções que vão desde novos créditos até renegociações, proporcionando um novo fôlego financeiro para esses negócios. Com isso, o BB reforça seu compromisso com o desenvolvimento econômico do país.

Entre as iniciativas de apoio ao crédito, o Procred 360 beneficiou 4,3 mil empresas com um desembolso total de R\$ 130 milhões. As contratações para esta linha foram reabertas nesta semana, oferecendo novas oportunidades de financiamento. Já por meio do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foram liberados, desde abril, R\$ 3,7 bilhões para 51 mil empresas. Além disso, pelo Peac FGI, foram destinados R\$ 1,8 bilhão para 5 mil empresas desde a sua reativação.

Outro destaque dentro do programa é o Cartão MEI. O BB já emitiu mais de 7 mil cartões desde o lançamento, em 16 de setembro. Os principais setores atendidos são o comércio varejista e os serviços. O cartão oferece benefícios como anuidade zero e parcelamento da fatura, facilitando o controle financeiro e o fluxo de caixa dos pequenos negócios. Além disso, simplifica o pagamento de contas, auxilia na organização e equilíbrio das finanças e proporciona educação empreendedora.

Já em relação a dívidas, o programa Desenrola Pequenos Negócios, iniciado em maio, renegociou R\$ 1,6 bilhão com 31,4 mil clientes MPE e MEI em todo o País. Também foram renegociados R\$ 4,95 bilhões em dívidas com 36,9 mil clientes dos demais segmentos PJ, totalizando R\$ 6,55 bilhões renegociados com 68,3 mil empresas.

"A retomada do Programa Acredita mostra o compromisso do Banco do Brasil em fomentar o crescimento econômico e apoiar nossos empre-

endedores, que têm um papel essencial no desenvolvimento do país. Queremos continuar ao lado dos pequenos negócios, oferecendo as melhores soluções para garantir sua sustentabilidade e prosperidade", afirma Marcelo Gomes, gerente geral da Unidade de Clientes MPE do Banco do Brasil.

Fortalecendo o empreendedorismo

O Programa Acredita, instituído pelo Governo Federal e consolidado com a sanção da Lei nº 14.995, oferece linhas de crédito especiais para pequenos empreendedores, incluindo usuários do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Entre os eixos do programa estão o Acredita no Primeiro Passo, que oferece suporte aos novos empreendedores, e o Procred 360, que facilita o acesso ao crédito para microempresas e MEIs com

taxas inferiores ao Pronampe. Além disso, o programa inclui iniciativas para promover o crescimento do mercado imobiliário, como a criação de um fundo que visa aumentar a liquidez e proporcionar melhores condições de oferta de crédito, estimulando o setor, gerando empregos e contribuindo para a riqueza do país.

Os resultados alcançados refletem o empenho do Banco do Brasil em apoiar a recuperação e o crescimento sustentável dos pequenos negócios no país. Com a retomada do programa, a expectativa é aumentar ainda mais a adesão e ampliar os benefícios, proporcionando melhores condições para a quitação de dívidas e a recuperação de empresas em todo o território nacional. O BB acredita firmemente nos pequenos negócios e segue atuando como um elo essencial entre os micros e pequenos empreendedores e o Governo Federal.

O BB e a venda de sentenças no TJ-MS

A Operação Último Ratio deflagrada pela Polícia Federal sobre a venda de sentenças no TJ-MS pode ter puxado uma pena, mas o que vem por aí é uma "galinha dos ovos de ouro". Em duas sentenças suspeitas, o Banco do Brasil foi obrigado a pagar milhões em indenizações e honorários.

O primeiro caso, de 1992, teve origem num processo de cobrança por um empréstimo de R\$ 900 mil contraído via Fundo Constitucional do Centro-Oeste pela empresa Giordani Costa Hotéis e Turismo Ltda. No entanto, a cobrança acabou se voltando contra o próprio banco, que teve valor a pagar arbitrado em R\$ 326 milhões pelo desembargador Geraldo de Almeida Santiago que na época atuava como juiz da 5ª Vara Cível de Campo Grande.

Ao longo do processo, foram liberados mais de R\$ 9 milhões em penhoras, pagos como honorários ao advogado envolvido na causa. O BB entrou com processo disciplinar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O relator da reclamação

disciplinar classificou a conduta de Santiago como "jurisdição predatória" em 20 de agosto deste ano o desembargador foi condenado a 60 dias de suspensão.

Na outra decisão, que consta no relatório de investigações da Polícia Federal que culminaram na deflagração da Operação Último Ratio, onde, por decisão do STJ, houve o afastamento de cinco desembargadores, o Banco do Brasil foi condenado a pagar um valor que, caso fosse um prêmio da Mega-Sena, seria o oitavo maior da história.

O caso se refere a uma dívida contraída por um casal de Três Lagoas (MS). Em primeira instância o processo foi encerrado por falta de bens penhoráveis e prescrição e nenhuma das partes precisaria arcar com honorários. O casal recorreu ao TJ-MS para receber R\$ 178 milhões em honorários advocatícios.

O BB ainda briga na Justiça para não ter que arcar com esse valor, mas tem perdido todas as disputas até o momento em Mato Grosso do Sul e deposita suas esperanças no Superior Tribunal de Justiça (STJ).



"Nana..nina...não"

Receosos com a nova onda de ingerência nos fundos de pensão pelo governo federal, integrantes da ativa e aposentados das quatro maiores instituições lançaram um manifesto contra investimentos em obras de infraestrutura, em especial nos projetos PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Mina de ouro

Lançado no fim de agosto, o manifesto obteve quase 25 mil adesões de integrantes da ativa e aposentados dos fundos do Banco do Brasil (Previ), da Petrobras (Petros), da Caixa (Funcef) e dos Correios (Postalis). Essas entidades juntas possuem um patrimônio total que alcançava cerca R\$ 510 bilhões no fim de 2023, de acordo com dados da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Retorno duvidoso

Representando apenas 3,9% dos 630 mil participantes e assistidos das quatro instituições, as adesões ao manifesto revelam uma resistência aguerrida aos planos do governo Lula, de usar novamente o dinheiro dos trabalhadores para a realização de investimentos pú-

blicos de retorno duvidoso. "Os participantes não podem admitir ingerências nos seus fundos de pensão, principalmente quando eles são fomentados a praticar atos que já se revelaram danosos no passado", diz o manifesto endereçado a Lula, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e aos presidentes do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), do TCU (Tribunal de Contas da União), da CGU (Controladoria-Geral da União) e do CMN (Conselho Monetário Nacional).

Silêncio

A matéria publicada pelo Estadão afirma que o jornal procurou a Previ, a Petros, a Funcef e o Postalis para falar sobre as intenções de Lula, mas as assessorias de imprensa dos fundos informaram que eles não iriam comentar o assunto.

Prejuízos

A CPI dos Fundos de Pensão apurou que Funcef (da Caixa), Postalis (Correios), Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil) tiveram perdas de R\$ 6,6 bilhões, além de sofrerem desvalorização de ativos na casa de R\$ 113 bilhões entre

2011 e 2015.

Empresa fantasma

O maior exemplo de prejuízo foi o investimento na Sete Brasil. Empresa criada na época para fornecer navios-sonda destinados à exploração do pré-sal. A empresa firmou contrato para construir e fornecer à Petrobras 28 navios-sonda. Na época, em todo o mundo, havia somente oito sondas desse tipo em operação no mundo, o que dá uma ideia da ambição do projeto. A companhia não dispunha de tecnologia, mão de obra e experiência para cumprir com o acordado. Além disso, como se descobriu depois, a Sete Brasil estava vinculada ao sistema de propinas do chamado Petrolão, que desviou bilhões em recursos da Petrobras.

Fundo do poço

Em 2016, diante da incapacidade de realizar as entregas contratadas e de honrar as dívidas contraídas, a Sete Brasil entrou com um pedido de recuperação judicial. No início deste ano, o atual administrador da Sete Brasil, Gustavo Banho Licks, enviou pedido de falência da empresa à Justiça brasileira. A dívida total da Sete Brasil é de R\$ 17 bilhões.

Associe-se à UNAMIBB

Mensalidade R\$ 25,00

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

☐ Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Telefone: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____

C/C Nº: _____ Nº da Agência: ____/____/____/____/____/____

Matrícula: _____ Assinatura: _____ DG